

CAPÍTULO IV

CURRÍCULO E FORMAÇÃO HUMANA

Educação, trabalho e humanização

O mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.
Guimarães Rosa (2005)

No decorrer das discussões sobre as bases teóricas da perspectiva sócio-histórica-cultural, bem como da dimensão do currículo contextualizado, múltiplas indagações se fizeram presentes, dentre as quais: como se forma um ser humano? O que compreendemos por ser humano? As reflexões realizadas apontaram para o entendimento de que o sujeito forma-se, apropriando-se dos resultados da história social e cultural e objetivando-se no interior dessa história. Os sujeitos produzem e se apropriam dos conhecimentos objetivados nas práticas sociais e culturais.

É nesse movimento entre os conhecimentos que são produzidos, apropriados e objetivados no lócus das práticas sociais e culturais cotidianas, que os sujeitos se formam, revelando os traços essenciais das atividades humanas acumuladas e objetivadas nas referidas práticas. Para que possamos entender como o ser humano se constitui, tomamos por referência as atividades tipicamente humanas, que os diferencia dos demais animais: suas relações com processos diversos de convivência e na qual a linguagem se revela mediadora entre o “eu e o(a) outro(a)”; suas peculiaridades enquanto ser humano.

À medida que evoluímos, percebemos nossas necessidades e somos capazes de produzir instrumentos e aprimorá-los em função de facilitar o trabalho, e ainda, à medida que vão surgindo outras necessidades que intensificam as relações com o mundo e desenvolvemos novas produções, apropriações e objetivações.

Para Duarte (2003, 2004, 2008), baseando-se nos estudos de Marx (1978,1983) e Leontiev (1978), a partir do momento que as atividades humanas vão se incorporando às práticas humanas vão adquirindo existência objetiva e logo se torna uma atividade mental ou física, pertinente à sua essência, fenômeno denominado pelos autores como objetivação.

Duarte (2003, 2004, 2008) destaca também que, de acordo com Leontiev (1978), o processo de formação do sujeito humano é indissociável daquele ao qual chamamos de apropriação, ou seja, a cultura é gerada e corporeificada, perpetuando-se, aprimorando-se no lócus das interações humanas, enfim, a cultura materializada na linguagem, torna-se um instrumento mediador na formação do ser humano. Nesse sentido de acordo com Freire (1979, p. 30-32). “Uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação[...] Adaptar é acomodar e não transformar.”

É na interação consigo e com o(a) outro(a) que o ser humano busca ressignificar-se constantemente. É nesse processo que ele transcende as dimensões do seu espaço tempo, configurando sua existência no mundo.

Parece óbvio discorrer sobre o sentido significado de ser humano, mas ao adentrarmos no bojo de como o ser humano é produzido no contexto social, histórico, cultural, político, econômico e ideológico em que vivemos, deparamo-nos com sujeitos dilacerados, invisibilizados, isto é, com seus direitos humanos sonogados. Daí a necessidade de pensar um currículo mais humano, que leve em consideração todos os sujeitos – sujeitos de direitos e deveres.

Pensar um currículo nessa perspectiva requer considerar todos os sujeitos, bem como repensar as práticas pedagógicas que ainda persistem na manutenção do *status quo*, que corroboram com a adaptação dos sujeitos ao espaço tempo em que vivem.

Um currículo nessa perspectiva não se conforma com a invisibilidade das infâncias e das crianças, das adolescências e dos(as) adolescentes, das juventudes e dos(as) jovens, da adultez e dos adultos, dos(as) idosos(as); não se conforma com a deformação e fragmentação das políticas públicas para os sujeitos no/do campo; não se cala com os modos de relações étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, vivenciadas no contexto em que vivemos; não se subjulga à ideologia consumista que permeia as práticas sociais e culturais atuais, gerando a degradação sócio ambiental do planeta terra.

Elaborar um currículo, com consciência do processo de formação humana, significa compreender que não há currículo ingênuo. Por isso, precisamos tomar uma decisão política, didática, pedagógica e ideológica

em prol de um processo educativo de humanização. Sujeitos humanos com consciência crítica.
De acordo com Lima (2007, p. 18)

A humanização se refere ao desenvolvimento cultural da espécie, ou seja, refere-se ao momento histórico pelo qual passa a humanidade e quando cada país participa do acervo da cultura, da tecnologia, das ciências e dos bens disponíveis a um momento dado. Humanizar é o processo pelo qual todo ser humano passa para se apropriar das formas humanas de comunicação, para adquirir e desenvolver os sistemas simbólicos, para aprender a utilizar os instrumentos culturais necessários para as práticas mais comuns da vida cotidiana até para a invenção de novos instrumentos, para se apropriar do conhecimento historicamente constituído e das técnicas para a criação nas artes e nas ciências.

A escola é nesse processo, um espaço tempo de ampliação e de interlocução das múltiplas experiências humanas, tendo como ponto de partida e de chegada as experiências vividas no cotidiano das práticas sociais e culturais, devendo, para tanto, inserir no cotidiano das práticas pedagógicas os conhecimentos científicos, produzidos e sistematizados ao longo da história pela humanidade. Nesse sentido, o currículo se revela um instrumento de e para a formação humana.

Ao analisarmos o currículo na perspectiva sócio-histórico-cultural salientamos a sua dimensão formadora, na qual intitulamos de currículo de e para formação humana, tendo em vista que pretendemos a realização de práticas pedagógicas crítico reflexiva, ancoradas em premissas de transformação e emancipação humana.

Currículo de formação humana compreende que seja respeitada a caminhada de aprendizagem desenvolvimento que os sujeitos necessitam no processo de ensino aprendizagem. Essa caminhada se refere aos percursos, tempos, ritmos e modos de ensinar e de aprender que cada sujeito apresenta no processo de ensino aprendizagem; modo como concebemos as aprendizagens e o desenvolvimento humano; espaços tempos de vida: das infâncias, das(as) adolescências, das juventudes e da adultez; das diversas etapas e modalidades da educação básica; da organização das turmas e dos períodos letivos (ano, trimestres, etc.); do cotidiano das práticas pedagógicas (rotinas diárias), e também dos modos de organização da matriz curricular de conhecimentos.

O currículo voltado para a concepção de formação humana não divide o processo de aprendizagem desenvolvimento em etapas ou fragmentos, pois o concebe enquanto processos contínuos e cumulativos. Em síntese, não dá ênfase a uma fase ou etapa de vida do sujeito com fins em si mesma, mas investiga e considera cada espaço tempo da vida, compreendendo os modos e as determinações em que os mesmos se desenvolvem, visando um currículo de formação.

No que se refere ao currículo para a formação humana, precisamos situá-lo historicamente, uma vez que os instrumentos sociais e culturais que são utilizados na mediação do desenvolvimento e na dinâmica das funções psicológicas superiores se modificam com o avanço tecnológico e científico.

Essa perspectiva do espaço tempo histórico é importante, pois novas áreas do conhecimento vão se formando, por desdobramento de áreas tradicionais do currículo – por exemplo, a ecologia a partir da biologia, bem como a criação de áreas do conhecimento como resultados de novas práticas sociais e culturais, com o advento da internet e da web.

Um currículo para a formação humana reconhece os conhecimentos cotidianos, mas não se limita aos mesmos. Reconhece as implicações dos conhecimentos científicos no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, mas fica atento aos aspectos ideológicos que os permeiam. Com isso, propõe conhecimentos que propiciam a emancipação dos(as) estudantes, com vistas à formação de sujeitos com consciência crítica. O ser humano, enquanto ser de relações, inacabado e consciente de sua inconclusão, tem, portanto, na sua capacidade de relacionar-se com o mundo, com os outros e consigo mesmo(a) a infinita possibilidade de humanização. Isso porque,

Somos o que a educação faz de nós. Nós somos seres educáveis, porque nossa existência é marcada pela incompletude, pela abertura. O homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado; é um ser na busca constante de ser mais, e como pode fazer autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (FREIRE, 1979, p. 27)

Um currículo, de e para formação humana, leva em consideração as reais necessidades das comunidades ao organizar a matriz de conhecimentos, ao planejar os planos de estudos, ao priorizar determinadas metodologias de ensino aprendizagem, bem como ao realizar as avaliações no cotidiano das práticas

pedagógicas. Enfim, se preocupa com a constituição do sujeito no/do campo, enquanto sujeitos de direitos e deveres. Direitos de se formarem pessoas humanizadoras, éticas, críticas, que visam a transformação da realidade, bem como o cumprimento dos deveres para o bem comum.

Educação e humanização: uma interlocução necessária

Com base em tais questões, podemos destacar que a nossa formação é sempre um processo educativo, podendo ser direto ou indireto, intencional ou não intencional, formal ou informal, realizada por meio de atividades práticas ou por meio de interlocuções teóricas. No caso específico da educação escolar, trata-se de um processo educativo direto, intencional e formal, no qual a consciência se constitui não só mediante a apropriação dos signos, mas também por intermédio do processo de significação que traduz as condições de funcionamento da sociedade, sua estrutura de relação e suas práticas sociais e culturais.

Sendo assim, a dialética que está subjacente à formação da consciência humana é tencionada pelos produtos históricos e pela subjetividade dos sujeitos. Daí considerarmos os aspectos da dimensão social e ideológica que permeiam a subjetividade humana, e, assim, constitui o ser humano, no lócus das diferentes e diversas esferas educativas, dentre as quais a esfera familiar e escolar, na qual denominados nessa análise de educação.

Por isso, precisamos garantir em nosso município uma educação que ofereça elementos para que os(as) estudantes reflitam sobre o contexto em que se inserem. Precisamos promover a formação de sujeitos que saibam ler nas entrelinhas, para além das aparências, as artimanhas ideológicas que permeiam o nosso cotidiano, bem como a inserção, participação e envolvimento de fato das famílias no cotidiano escolar.

Educação, trabalho e emancipação humana

Pensar a educação na perspectiva da emancipação humana é considerar que as pessoas são seres interativos. Esta deve ser considerada numa relação intrínseca com a produção e a reprodução da vida social, sendo o trabalho uma atividade vital. A educação escolar tem a possibilidade de instigar mudanças ao se inserir na luta para e pela transformação radical do atual mundo econômico e político hegemônico. Precisamos pensar um sistema educativo comprometido com a humanização, transformação e emancipação dos sujeitos. Um sistema que possa romper com a lógica da adaptação dos sujeitos ao mundo do trabalho.

Ao longo desse documento estamos dialogando com a concepção de sujeitos produtores de conhecimento, de história e de cultura. Desta forma, para se garantir os direitos e os deveres dos sujeitos, dentre os quais o de ensino aprendizagem, destacamos a importância da apropriação dos conhecimentos científicos com qualidade, e de terem seus conhecimentos cotidianos reconhecidos, com vistas a se inserirem no contexto em que vivem com dignidade. Nesse contexto se insere o mundo do trabalho.

A educação que forma para a adaptação ao mercado de trabalho, forma sujeitos passivos, conformados. Quando o foco é a inserção do sujeito, o mesmo se relaciona com o mercado de trabalho com consciência crítica. A ideia de inserção no mundo do trabalho rompe com as práticas de adaptação, que submete os sujeitos à ideologia da homogeneidade e da alienação.

Ao pensarmos numa educação emancipadora, voltada para uma formação crítica e reflexiva, temos como meta a inserção dos sujeitos camponeses nas políticas públicas pensadas para o campo. Os camponeses têm direito de se constituírem profissionais do campo, pois precisamos de agricultores(as), engenheiros(as) agrônomos, veterinários(as), engenheiros(as) florestais, técnicos(as) agrícolas, dentistas, enfermeiros(as), médicos(as), professores(as), outros. Todos(as) com formação sólida em relação aos conhecimentos científicos, garantindo dessa forma uma melhor preparação atuar com qualidade, tanto na zona rural e urbana.

No decorrer das discussões, uma mãe, na região de Paraju, destacava em suas reflexões que a sua filha tem o direito de se formar dentista, porque é o seu sonho. Mas também, precisa ser garantido o direito de exercer a sua profissão na comunidade em que vive. Além do direito à saúde bucal, outras questões foram surgindo: o direito de se formar engenheiro(a) agrônomo(a) ou técnico(a) agrícola, porque precisamos qualificar a agricultura familiar, mas também, porque precisamos nos inserir nesse mercado de trabalho, e não sermos subjugados a ele, como trabalhadores(as) menos importantes.

Essas ideias, oriundas das reflexões das famílias e comunidades camponesas nos encontros regionais, evidenciam a importância de um currículo que leve em consideração a inserção no mercado de trabalho camponês. O exercício da inserção possibilita a problematização das políticas públicas pensadas para o campo.